

# Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACION



## A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E OS PROFISSIONAIS DO TURISMO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Silvana do Rocio de Souza

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Brasil. Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, Brasil.

E-mail: [silvanarcsouza@hotmail.com](mailto:silvanarcsouza@hotmail.com)

Miguel Bahl

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, Brasil.

E-mail: [migbahl@ufpr.br](mailto:migbahl@ufpr.br)

### Resumo

Esta produção textual tem como objetivo refletir sobre a necessidade de conservar os bens históricos e culturais, a partir das responsabilidades dos profissionais do turismo em conservar estes bens. O método da pesquisa valeu-se dos ensinamentos da dialética enquanto método e metodologias decorrentes. Apresenta as categorias de análise: política, ideologia, cidadania, espaço, conservação e turismo, envolvendo a noção de patrimônio histórico e cultural inserido no amplo projeto de construção de uma identidade nacional, consolidando a cidadania e a noção de pertencimento. Traz uma reflexão sobre as políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural assim como sobre a prática do profissional do turismo. Discute a relação entre os profissionais do turismo e o espaço concebendo os processos humanos como fruto de suas experiências no espaço, no tempo e nas relações de uns com os outros. Os resultados desta investigação apontam para a necessidade da formação de profissionais preocupados com a conservação dos bens históricos e culturais a partir do princípio de que quando o homem conhece sua história, preserva-a e transmite-a através da memória para as gerações futuras, afirmando-se conhecedor de seus direitos e deveres cidadãos.

**Palavras-chave:** Conservação do patrimônio. Espaço. Profissionais do turismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas os problemas sociais e humanos tornaram-se mais complexos, dinâmicos e interdependentes, desafiando as ciências a buscarem novas respostas a problemas já anteriormente resolvidos. Deste modo, estão sendo desafiadas a reinterpretar realidades na medida em que os objetos de análise e de estudo se modificam e acentua-se o aspecto qualitativo, necessitando reinterpretar e reconstruir categorias e contextos históricos diferentes e contraditórios, tais como: singularidade e universalidade, localização e globalização, regional e global, secularização e fundamentalismo entre outros.

De acordo com Ianni (1999, p. 166), as controvérsias sobre os temas e os problemas, teorias e conceitos são de certa forma “atropeladas pelos problemas de ampla envergadura postos pela sociedade internacional, mundial, global”.

Ainda, chama a atenção para o fato de que o objeto de análise das ciências sociais modificou-se substancialmente em termos qualitativos, pois:

O objeto das ciências sociais já não é apenas uma sociedade nacional, ou o indivíduo situado nesta sociedade. Nem são apenas atores sociais, relações, processos e estruturas inerentes aos modos de ser, organizar-se e modificar-se em uma sociedade nacional. (IANNI, 1999, p. 167).

Portanto, deve-se considerar que os problemas de uma determinada nação são também parte de articulações globais e tudo que diga respeito ao objeto das ciências sociais: homem, grupo social, espaço, etnia, movimento social, deslocamentos entre outros, adquire outras dimensões que não se esgotam no âmbito de uma sociedade nacional.

Assim, esta produção textual apresenta como objetivo ressaltar a necessidade de reflexão quanto à conservação dos bens históricos e culturais, a partir das responsabilidades dos profissionais do turismo em conservar estes bens.

E desta forma, insere-se a necessidade de refletir também sobre as influências que interferem nas políticas de conservação do patrimônio e a relação existente entre estas políticas e o profissional do turismo. Profissional este que trabalha com o espaço e com os bens patrimoniais que nele estão inseridos os quais imprimem marcas, valores e estão carregados de memórias.

O presente artigo utilizou-se da dialética enquanto método de análise e metodologias decorrentes, interpretando a realidade a partir de suas contradições, considerando sempre o movimento de transformação que deve acompanhar as análises de temas como os que se desenvolvem nesta pesquisa.

Está dividido em três partes, sendo que na primeira são apresentadas as categorias de análise que corroboraram com esta investigação, a segunda trazendo uma reflexão sobre as políticas de conservação do patrimônio e na terceira uma abordagem sobre a relação entre o espaço e os profissionais do turismo. E, como resultado de pesquisa, nas considerações finais, salienta a necessidade de que os profissionais do turismo estejam comprometidos com a cidadania e com consciência sobre a importância de conservação dos bens patrimoniais históricos e culturais.

## 2 ALGUMAS CATEGORIAS DE ANÁLISE QUE AJUDAM NESSA REFLEXÃO

Ao se refletir sobre a conservação dos bens históricos e culturais construídos pelos homens ao longo da história da humanidade e sobre as políticas inerentes é que se inserem algumas categorias de análise e conceitos operacionais que corroboram na compreensão de que os bens patrimoniais pertencem a todos e necessitam serem preservados e conservados. Desta forma, devendo-se estabelecer os limites conceituais, as regras, as leis, assegurando práticas específicas que lhes garantam estarem resguardados.

Para tanto, estipulou-se que a expressão *política de conservação do patrimônio histórico e cultural* será considerada como o que transita entre o universal e o particular, o ideal e o de interesse individual ou coletivo como a grandeza e a miséria, possibilidades libertárias e meios de manipulação que imprimem no homem as suas marcas. Julga-se pertinente esclarecer que tal significado não está relacionado apenas ao aparato de políticas públicas, mas também às diferentes formas, modalidades de conservação e ideologias predominantes. “Essas políticas não são neutras, espelham a ideologia dos que fazem as leis”. (BARRETTO, 2000, p. 13).

Por *ideologia*, convencionou-se considerar que é um conceito investigado ao longo da história dos homens, passando por Marx, Gramsci, Habermas, Roberto Schwarz e no Brasil por Paulo Sergio Rouanet, Marilena Chauí, Leandro Konder e que trazem como característica o que Konder considera como sendo o que “[...] se revela com maior fraqueza

na ação do que no discurso” (KONDER, 2002, p. 256). Em outras palavras, é afetada pelo pensamento vigente em determinadas épocas ou sociedades.

Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade, ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir (BARRETTO, 2000, p. 13).

No tocante ao termo *cidadania* convencionou-se estabelecer nesta abordagem que é um conceito que teve sua origem nas cidades que deu origem à idéia de cidadão que era quem podia e devia participar das decisões do governo e somente depois de séculos desenvolveu-se a exigência democrática incluindo além dos direitos políticos os direitos civis, ou seja: uma participação mais ampla nas discussões de interesse individual e coletivo e o direito de todos os indivíduos opinarem.

Ao tecer considerações sobre *espaço* iniciou-se pelas indagações de qual é o valor e como aferir valor ao e para o espaço. Isso, pois, a relação valor-espaço é substantivada pela apropriação dos recursos, pelo trabalho humano e pelas conseqüentes formas de construção, ou seja, pelo seu uso: “um valor contido” (MORAES; COSTA, 1987, p. 127). Assim, avançar na argumentação implica discuti-la de forma conjunta, explicitando as contradições dos movimentos existentes no espaço, porque “a dinamicidade com que se processam as transformações espaciais é um dado da história da construção do espaço” (CRUZ, 2000, p. 16), que acaba assumindo outros valores, outras metáforas.

O estabelecimento de valores ao espaço de acordo com cada época, e a partir das necessidades de troca de produtos ou objetos por equivalentes desde os mais tardios tempos da história humana, ocasionou a necessidade de uma divisão natural do espaço em espaços de vivência, de produção e de circulação, tornando rígidos e inevitáveis os limites espaciais entre diferentes grupos sociais (MORAIS; COSTA, 1987).

Em prosseguimento, a respeito dos conceitos que envolvem a categoria *conservação*, há que se levar em conta que alguns autores não fazem distinção entre os termos preservação e conservação. Para outros a categoria *conservação* é mais ampla e envolve vários conceitos, entre eles o de resguardar, preservar e ainda poder ser subdividida em conservação memorial e eco-conservação. Diante desse antagonismo estipulou-se que *conservação* não é apenas um sistema é antes de tudo um conjunto de elementos com origens e lógicas diferentes e está ligada à história, à museografia, à arqueologia etc. Envolve as políticas públicas, os profissionais e a comunidade.

Preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por outra que possa lhe ocasionar dano. Conservar significa manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar o patrimônio implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural. Isso pode, às vezes, significar a necessidade de ressemantização do bem considerado patrimônio, e é nesse terreno que se dá a discussão (BARRETTO, 2000, p. 15).

Quanto ao *turismo* enquanto conceito operacional considerou-se a relação entre homem como sujeito do fenômeno e autor do ato de deslocar-se, o espaço como elemento físico onde se realiza o ato, e o tempo como elemento temporal que é consumido pelo ato,

ou seja, a viagem e o seu tempo de duração, o qual varia de acordo com a distância e o meio de transporte utilizado e das mais variadas motivações que levam o homem a participar deste fenômeno. Desta forma, estipulou-se que tais elementos representam as condições de existência do turismo enquanto fenômeno social da mobilidade humana e na formatação de produtos.

Como exemplo de produto pode-se citar os roteiros turísticos que segundo Bahl (2004, p. 32) são fruto da sincronização do espaço-tempo e bens e serviços.

Essa sincronização ocorre a partir da combinação de fatores vinculados ao espaço geográfico a ser abrangido ou percorrido; aos tempos de duração dos deslocamentos e o necessário em cada destinação, bem como ao disponível pelos potenciais participantes para usufruto de uma programação turística; ao tipo de atrativos a serem visitados e aos serviços associados (transporte, hospedagem, alimentação, entre outros).

A partir dos comentários sobre as categorias de análise arroladas anteriormente convencionou-se que estas se articulam em torno da palavra patrimônio que está historicamente associada à noção de sagrado ou de herança, de memória, de bem e de laços de família. Associada também, à idéia de grupo social, de representatividade e de identidade.

Para Barretto (2000, p. 9) “o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura”. Considera o patrimônio natural como constituído das riquezas que estão no solo e subsolo e que o conceito de patrimônio cultural vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura.

A noção de patrimônio insere-se desta forma, no amplo projeto de construção de uma identidade nacional, consolidando a cidadania e a noção de pertencimento, em especial àqueles que residem nos centros urbanos, onde os bens patrimoniais históricos e culturais encontram-se concentrados ou dispersos no espaço público das cidades.

### 3 AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As questões relativas às políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural são mais complexas do que parecem ser em um primeiro momento. Exigem reflexão, análise e múltiplos pressupostos do espaço e do tempo em que foram produzidos os mais variados bens da humanidade.

Nas sociedades modernas, ou os objetos são destruídos, ultrapassados, deixados de lado, esquecidos e substituídos por novos objetos ou são cuidadosamente preservados numa tentativa de simbolizar uma época e um tempo dando aos objetos um valor particular. Estes, no entanto nem sempre representam a coletividade de uma sociedade. Os objetos são simbólicos, apenas simbólicos. E então, o que de fato tem mais valor, aquele objeto valioso cuidadosamente exposto ou aquele objeto comum, vulgar que apesar de sua pouca “sorte” – não foi cercado de cuidados e exposto em um museu – mas conseguiu transcender ao seu tempo e permanece agora em outro tempo, preservado ao acaso.

Há que se fazer reflexão sobre o que é a conservação e o que ela representa, assim como qual a posição que um determinado objeto alcança numa sociedade. Quanto menos um objeto estiver inserido na lógica do mercado, menos será este objeto, vulnerável à obsolescência. Desta maneira, permitindo que alguns objetos produzidos na sociedade industrial deixem de ser velhos e passem a ser antigos, fazendo com que sua desvalorização temporal se inverta, através de uma nova valorização, porque com outros sentidos e significados, passam a ter um novo valor. A conservação se estabelece no sistema

produtivo, criando entre eles um elo diferente onde a produção repele a conservação e ao mesmo tempo a beneficia sendo necessário criar até mesmo um novo espaço, para os velhos novos objetos.

Os profissionais do turismo neste sentido possuem a responsabilidade de atentar para o significado dos discursos que acompanham as leis de proteção e conservação dos bens. Devem assumir o compromisso de serem indivíduos capazes de pensar, articular e desenvolver conhecimento, ou seja, indivíduos cidadãos, entendendo o conceito de cidadania como aquele que envolve todas as esferas humanas em convívio social – as artes, as leis, as políticas e o conhecimento do mundo em geral. Com isso revelando o que existe de mais importante na construção do homem e da humanidade ao considerar que “o destino habitual das coisas é envelhecer sob o peso das degradações e perderem-se na insignificância” (GUILLAUME, 2003, p. 49).

A conservação desta forma insere-se nas políticas públicas como representação e materialização do passado no presente, existindo uma ruptura do que é presente e do que é passado. Esta ruptura entre passado e presente, imposta na modernidade, faz surgir uma paixão pela conservação de objetos.

Nesta perspectiva, as políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural, assim como a prática do profissional do turismo, inserem-se em um campo ideológico que resgata fragmentos do passado e que pertencem agora à sociedade industrializada do presente que permite indagar as concepções de saber e de poder, de cultura e de sociedade em um movimento entre passado e presente. Provavelmente a escolha se fará dentre os elementos materiais e visíveis, com uma idéia muito natural, mas certamente mais estreita sobre conservação – material e individualista típica da sociedade industrial. Deixa-se naturalmente de lado, questões abrangentes e coletivas como a língua, a cultura, as instituições. Sendo que resta a seguinte dúvida: as políticas de conservação do patrimônio histórico levam em conta o contributo histórico dos homens em um sentido coletivo? Aquilo que representa a história de um povo e não apenas a de alguns indivíduos? Os profissionais do Turismo reconhecem estas diferenças?

Porém, a atenção conferida ao passado e as formas nostálgicas de lembrar o passado e todas as formas de conservação impostas pelas políticas públicas, já não são um fenômeno isolado, mas sim uma característica dos tempos modernos onde se inscreve uma nova forma de ver e de saber, onde o “referente social passa a ser a materialidade visível” (GUILLAUME, 2003, p. 94), impondo ao Estado, políticas que afirmem estas questões.

Assim, as políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural necessitam estar acompanhadas da análise e distinção entre as classes dos objetos. Conforme ensina Guillaume (2003) há que se definirem duas classes de objetos: os nobres ou enobrecidos pelo tempo e os anônimos. Apesar da imprecisão e da instabilidade desta divisão “ela é tratada como uma fronteira que se impõe *a priori*, como uma evidência” (GUILLAUME, 2003, p. 49), que norteia o entendimento e evidencia o agrupamento de coisas que pertencem a ordens diferentes. Ou seja, o grupo dos objetos concretos que representam símbolos e o grupo dos processos de produção econômica e o conjunto de bens abstratos, considerados por outros autores como o conjunto dos bens imateriais.

O primeiro grupo, dos considerados por Guillaume (2003) como sendo o grupo dos bens nobres ou enobrecidos pelo tempo, apresenta alguns privilégios como o de serem revestidos de cuidados. Esses cuidados podem trazer a necessidade de serem ou permanecerem bem guardados, protegidos. Porém afastados de sua função utilitária tendo seu valor econômico elevado e indo além do valor de produção. Passíveis de serem expostos ao olhar de outros, admirados e cobiçados, estes objetos heterogêneos representam uma sociedade e sua forma de organização e estrutura. Comumente

encontram-se nesta classe, de acordo com Guillaume (2003), objetos de arte e objetos sagrados como imagens de santos em forma de estátuas, vitrais, pinturas em tetos e paredes de templos religiosos imbuídos de simbolismo. O segundo grupo, onde aparecem as produções econômicas ou objetos utilitários e que representam a forma e o processo de produção de uma sociedade, destinados ao consumo e à obsolescência dos objetos comuns, unitários e anônimos e o conjunto de bens abstratos, não possuem, segundo Guillaume (2003) a mesma sorte e cuidados dos primeiros.

Esta divisão simplista como diz Guillaume (2003) pode estar representando a ideologia presente nas sociedades industrializadas modernas na qual por um lado incentiva o desenvolvimento econômico, a produção em série, a superação pelo novo e por outro, aquilo que necessita estar intocado, salvo, exposto em museus. Apresenta assim, certa regulação simbólica através da conservação do que é produzido em série pela indústria, superado pelo novo, descartado e que necessita ser resgatado pela conservação e aquilo que permanece intocado por ser precioso, assim, a “produção repele a conservação, mas ao mesmo tempo fá-la servir ao seu fim” (GUILLAUME, 2003, p. 50).

As sociedades industrializadas, tidas como modernas,

[...] ao tentar elaborar uma política de conservação não se esquecem de citar as belezas naturais, as artes e a história na tentativa de justificar estes como sendo de interesse nacional. O discurso aparece frágil, ideológico e superficial e desprovido das preocupações com relação ao espaço e ao tempo e suas relações decorrentes no sentido de balizar a construção do referencial de cada sociedade, embasada nas diferenças de cada espaço e de cada tempo histórico (SOUZA, 2005, p. 82)

Neste novo momento das sociedades onde surge uma divisão quase que invisível entre o real e o imaginado, o homem, suas idéias e valores podem estar fragmentados, assim como o espaço que ele produz. Esta fragmentação, ainda pode barrar o acesso à compreensão mais profunda da sociedade, mais real e mais concreta e isto se evidencia na análise das leis que regem a preservação e/ou conservação dos patrimônios. Palavras relativas ao “valor, beleza, história, de interesse natural” comumente acompanham o discurso, porém, podem estar representando valores ideológicos que visualizam a sociedade superficialmente e que “é certo que é habitual que um discurso institucional se mantenha à superfície das coisas, mas este está particularmente petrificado de valores” (GUILLAUME, 2003, p. 51).

E são estes valores estereotipados que acompanham os discursos que devem ser observados e analisados, e que em nada contribuem para as reais funções da conservação dos bens patrimoniais e suas novas modalidades nas sociedades industrializadas.

Onde idéias, valores e representações contêm características especiais. Onde “a indústria cultural conferiu poderes avassaladores à capacidade que a ideologia dominante possui de induzir o pensamento, a atenção, o olhar e a percepção, para os pontos por ela iluminados” (KONDER, 2002, p. 84). Será pela negação que o pensamento pretende escapar à ideologia e distinguir aquilo que de fato possui valor e historicidade? E ainda o que deveria ser conservado pelo seu significado e pelo símbolo que representa e não apenas pelo seu valor de mercado. Distinguir o valor estético verdadeiro do valor simplesmente efêmero.

Os bens patrimoniais produzidos ao longo da história dos homens encontram-se agora com um novo *status* relativo ao que é considerado como patrimônio histórico ou cultural. Esse novo *status* conferido pelas sociedades modernas assim como o que e por que conservar é que necessita ser avaliado.

#### 4 OS PROFISSIONAIS DO TURISMO E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO

Compreender a atividade turística e a necessidade de profissionais aptos a atuar de forma cônica nas localidades, permite refletir sobre a percepção do espaço em distintos tempos, onde “percorremos as distâncias entre o descontínuo e o contínuo, entre o geográfico territorial para o virtual geográfico” (FERRARA, 1999, p. 16), que conforme este pensamento é um espaço que carrega características da era moderna, repleto de simbolismo e também de fragilidades.

Deve-se considerar a importância metodológica colocada por Gomes (2001, p. 101) ao se refletir sobre espaço e cultura considerando que “ultrapasse o aspecto morfológico, ou melhor, que o associe à dinâmica sócio-espacial, sem que precise renunciar ao domínio de legitimidade próprio pertencente à geografia”.

Esta dinâmica sócio-espacial colocada por Gomes permite visualizar o espaço onde o homem causa transformações profundas em busca de novos modos de produção. Nas sociedades contemporâneas, onde o espaço se organiza através das cidades com marcos, praças, ruas, casas e que o homem procede a uma fixação como nunca vista anteriormente faz refletir sobre o real significado da urbanização e conseqüente reorganização do espaço, para além dos aspectos físicos, mas sim, para a massa de capital que expressa uma revolução concentradora e dispersora de bens e recursos.

A consolidação do sistema capitalista enquanto processo de acumulação acentua a tendência de alargamento das fronteiras e da sociabilidade com tanta rapidez que a singularidade dos espaços tende a sucumbir frente a esse processo que se encontra ancorado nas questões relativas à globalização acentuada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. Os espaços não são mais singulares, únicos, são agora globais, possuem uma única lógica.

Sugerir outra maneira de pensar estas questões envolve algo que é dinâmico e inclui toda a vida socioeconômica, concebendo os processos humanos como frutos de suas experiências no espaço, no tempo e nas relações de uns com os outros.

Necessário se faz compreender a dinamicidade das práticas sociais e que as transformações decorrentes de mudanças de conteúdo e de forma que muitas vezes têm origem fora da dimensão espacial poderá estar refletindo os valores concebidos pelos profissionais, a exemplo, os profissionais do turismo. Estes profissionais ao inserirem-se no mercado de trabalho, sejam na iniciativa pública ou privada, terão dentre outras responsabilidades, a do planejamento e a reorganização espacial de cidades, elaboração de eventos e atividades culturais diversas, dentre outras atribuições.

Confrontar o que parece ser a mais desafiadora questão sobre a cultura e o espaço e as responsabilidades de tais profissionais remetem à compreensão de que os profissionais do turismo trabalham com o planejamento e reorganização de espaços, nos quais se encontram bens patrimoniais. Por isso necessitando compreender que ao fazer as leituras dessas imagens, as imagens dos bens, é preciso compreender que “as descrições não são reflexos espelhados, são necessariamente construídas dentro dos limites intelectuais daqueles que as descrevem”. (DUNCAN, 2004, p. 95). Assim como, a forma de atuação destes profissionais também estará refletindo seus valores, suas ideologias e suas fragilidades.

Desta forma, importa ler as imagens e descrever seus significados e avaliar as ações dos profissionais do turismo entendendo também as posições políticas, ideológicas e teóricas que embasam as ações de planejamento dos espaços das cidades.

Estabelecer-se-á a relação entre os profissionais do turismo e as políticas de conservação do patrimônio, compreendendo o turismo enquanto fenômeno social da mobilidade humana que caracteriza, modifica, e é capaz de contribuir para a conservação de bens patrimoniais.

Trata-se de avaliar o exercício profissional onde a memória não seja sufocada pela urgente necessidade de produzir novos bens, ressaltando o individualismo provocando formas de degradação, estimulando o comércio, valorizando o que é novo e belo, desprovendo o velho e antigo de sentido e valor, não deixando imperar a fragmentação que desintegra e desarticula as relações humanas. A compreensão do que vem a ser necessário para direcionar e orientar a forma de atuação destes profissionais e aliar esta atuação com uma prática comprometida e responsável que de fato possa transformar as realidades sociais e econômica é a que se traduz em compromissos com a conservação dos bens patrimoniais na medida em que se utilizam destes bens como recursos para compor o produto turístico.

Esses profissionais, portanto, deverão desenvolver a consciência da necessidade de investir tempo e esforços para que a prática profissional seja norteada pelos princípios éticos, morais e cidadãos, incentivando e valorizando, mas também compreendendo o que de fato deve e necessita ser preservado e conservado, nas mais diferentes sociedades ou formas de agrupamentos sociais, considerando diferenças de tempos, espaços, saberes e culturas. Deverão ter como base o conhecimento irrestrito dos espaços e da história que se faz representada nestes espaços, para que a prática profissional seja verdadeiramente transformadora e imbuída de princípios éticos e compromissos sociais.

Neste sentido, cabem questionamentos quanto às políticas de conservação dos patrimônios históricos e culturais e quais as responsabilidades dos profissionais do turismo perante a realização de um Inventário da Oferta Turística, por exemplo, definido pela Secretaria de Estado de Turismo (2005, p. 40-41) como sendo

Um documento do planejamento que reúne, a partir de um levantamento de dados as seguintes informações: oferta turística; demanda turística; projetos setoriais; mão-de-obra, legislação pertinente; envolvimento da comunidade.

A conseqüente análise dos bens patrimoniais, avaliação e hierarquização de atrativos, diagnóstico e prognóstico de planos de desenvolvimento incitam questionamentos quanto à postura destes profissionais no trato e uso destes bens quando concebidos como recurso ou atrativo turístico que segundo Ignarra (1999, p. 28) é o “recurso natural ou cultural que atrai o turista para visitaçãõ”.

A formação de um profissional com potencial transformador de idéias, práticas, visões, valores e atitudes deve levar em consideração também o fato de que o Turismo, enquanto fenômeno social gestado e expandido na sociedade industrial demanda um olhar especial acerca das categorias e conceitos que o envolvem, considerando toda a dinâmica que este tempo reserva.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta produção textual se buscou desenvolver em termos gerais e elucidativos, o que se deve considerar em termos de políticas de conservação do patrimônio e sua relação com os profissionais do turismo, com o espaço e a cultura.

A investigação realizada também intencionou ressaltar a necessidade de se avançar e aprofundar as teorizações que envolvem estes temas. Assim ocorrendo, permitirá envolver



o turismo com este modo de avaliar a realidade, relacionando teoria e prática, conceitos e categorias. Na tentativa de compreender a evolução do pensamento apresentado na sociedade moderna onde se considera que os fenômenos de maior importância, expressam movimentos locais, nacionais ou regionais, procurou-se refletir sobre as peculiaridades, curiosidades, políticas culturais e sociais das sociedades modernas que merecem serem avaliadas e que necessitam serem compreendidas.

Faz-se necessário, portanto, melhor compreender a profissão dos que trabalham com o turismo em toda a sua amplitude e complexidade que exige conhecimento acerca dos avanços científicos, tecnológicos, com sólida formação técnica e humana. Formação essa comprometida com a prática consciente quanto ao trato dos recursos naturais e históricos, compreendendo a necessidade de conservação desses recursos. Desta maneira, para contribuir com a afirmação de cidadania a partir do princípio de que, se o homem conhece sua história, a preserva e a transmite através da memória para as gerações futuras, afirmando-se conhecedor de seus direitos e deveres cidadãos. Sendo que estes profissionais ainda deverão atender e dar condições de enfrentar as exigências do mundo globalizado, que possibilite desenvolver compromissos e responsabilidades, habilidades e competências, mas acima de tudo, serem capazes de pensar, sentir e agir de acordo com as necessidades humanas e sociais que precisam ser observadas para construir um mundo mais humano. Estes profissionais deverão atuar de forma comprometida com a cidadania a partir da consciência e necessária conservação dos bens patrimoniais históricos e culturais, para a condução responsável e compromissada com os valores sociais e humanos.

Tais afirmações se tornam cada vez mais evidentes, pois é no espaço, agora dinâmico e globalizado, das sociedades modernas, que as relações se articulam com dependência e integração e estão repletas de antagonismos. Onde os problemas tornam-se complexos, dinâmicos e interdependentes é que os profissionais do turismo também necessitam atuar em prol da conservação dos bens patrimoniais.

#### **THE CONSERVATION OF CULTURAL HERITAGE AND TOURISM PROFESSIONALS: A POSSIBLE RELATIONSHIP**

##### **Abstract**

*This textual production aims to reflect on the need to preserve the historical and cultural assets from the responsibilities of tourism professionals in retaining these assets. The method of the inquiry used the teachings of the dialectics while method and resulting methodologies. It presents the categories of analysis: politic, ideology, citizen, space, conservation and tourism. It involves the concept of heritage and cultural inserted into the broad project to construct a national identity, consolidating the concept of citizenship and belonging. It brings a reflection on the politics of conservation of the historical and cultural inheritance as well as on the practice of the professional of the tourism. It discusses the relation between the professionals of the tourism and the space conceiving the human processes like result of his experiences in the space, in the time and in the relations of a few with others. The results of this investigation point to the necessity of the formation of professionals worried about the conservation of the historical and cultural goods from the beginning of which when the man knows his history, it preserves it and which transmits through the memory for the future generations, saying it is aware of its rights and duties citizens.*

**Keywords:** Site conservation. Space. Tourism professional.

## **REFERÊNCIAS**

- BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba, Prottexto, 2004.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA; ROSENDAHL. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

FERRARA, L. D. O turismo nos deslocamentos virtuais. In: YAZIGI, E. (Org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOMES, P. C. C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Org.) **Região, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GUILLAUME, M. **A política do patrimônio**. Porto: Editores S.A., 2003.

IANNI, O. **A sociedade global**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. **A valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. **Orientação para gestão municipal de turismo**. Curitiba: Paraná Turismo, 2005.

SOUZA, S. **Os profissionais de turismo e as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural: por uma formação cidadã**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.

Artigo recebido em 20/10/2011. Aceito para publicação em 16/12/2011.